

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná—DIOEMS

Terça-Feira, 16 de Dezembro de 2014

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano III – Edição Nº 0749

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

LEI Nº 1952/2014

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Dois Vizinhos para o exercício financeiro de 2015.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, Raul Camilo Isotton, Prefeito de Dois Vizinhos, Paraná, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2015, compreendendo o Orçamento Fiscal e os Fundos Municipais, estima a Receita em R\$ 98.500.000,00 (noventa e oito milhões e quinhentos mil reais) e fixa a Despesa em igual importância, assim distribuídos:

- R\$ 98.500.000,00 (noventa e oito milhões e quinhentos mil reais) do Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo, e aos Fundos Municipais de contabilidade centralizados legalmente instituídos.

Art. 2º. A Receita consolidada do Orçamento Fiscal será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

I-RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO CENTRALIZADA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDOS CENTRALIZADOS

RECEITAS CORRENTES	94.500.000,00
1100-Receita Tributária	12.390.000,00
1200-Receita de Contribuições	1.165.000,00
1300-Receita Patrimonial	200.000,00
1400-Receita Agropecuária	50.000,00
1600-Receita de Serviços	150.000,00
1700-Transferências Correntes	72.892.000,00
1900-Outras Receitas Correntes	7.653.000,00
RECEITA DE CAPITAL	4.000.000,00
2100-Operação e Crédito	4.000.000,00
2200-Alienação de Bens	0,00
2400-Transferências de Capital	0,00
TOTAL	98.500.000,00

Art. 3º. A Despesa está fixada com a seguinte distribuição entre os Órgãos:

I-Orçamento Fiscal

01 – LEGISLATIVO	5.198.280,00
01.01 – Câmara Municipal	5.198.280,00
02 – GOVERNO MUNICIPAL	1.292.000,00
Gabinete do Prefeito	1.149.000,00
Secretaria Geral de Governo	143.000,00
03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	761.000,00
03.01 – Depto de Planejamento e Coordenação de Projetos	441.000,00
03.02 – Depto de habitação	320.000,00
04 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1.814.000,00
04.01 – Departamento de Fomento, Emprego e Renda	534.000,00
04.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços	1.283.000,00
05.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	3.277.600,00
05.01 – Depto de Agricultura, Pecuária e Inspeção Sanitária	2.629.600,00
05.02 – Depto de Agroindústria, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	548.000,00
05.03 – Coordenação do Programa de Inseminação Artificial	100.000,00
06.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	11.427.000,00
06.01 – Departamento de administração	3.344.000,00
06.02-Departamento de Contabilidade e Finanças	4.322.000,00
06.03 – Departamento de Recursos Humanos	1.149.000,00
06.04 – Departamento de Tributação e Receita	589.000,00
06.05 – Departamento de Compras e Licitação	297.000,00
06.06 – Departamento de Material e Patrimônio	170.000,00
06.07 – Departamento de Gestão Urbana	1.323.000,00
06.09 – FUNEBOM – Fundo Municipal de Estruturação do Corpo de Bombeiros	150.000,00
06.10 – Depto de Gestão de Frotas	83.000,00
07.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	25.591.500,00
07.01 – Departamento de Ensino	23.924.500,00
07.02 – Departamento de Cultura	609.000,00
07.03 – Departamento de Esportes e Lazer	1.058.000,00
08.00 – SECRETARIA DE SAÚDE	26.484.220,00
08.01 – Fundo Municipal de Saúde	24.569.220,00
08.02 – Consórcios Intermunicipal de Saúde	1.915.000,00
09.00 – SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	18.601.000,00
09.01 – Departamento do Interior	1.077.000,00
09.02 – Departamento de Serviços Urbanos	12.136.000,00
09.03 – Departamento de Obras	5.388.000,00
10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	4.000.400,00

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná–DIOEMS

Terça-Feira, 16 de Dezembro de 2014

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano III – Edição Nº 0749

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	3.160.400,00
10.02 – Depto de Assistência Social e Cidadania	136.000,00
10.03 – Fundo da Criança e do Adolescente	704.000,00
90.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
90.99- Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	98.500.000,00

Art. 4º. A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo de conformidade com os anexos 02 e 06, integrantes desta lei.

Art. 5º. São aprovados os Planos de Aplicação dos seguintes Fundos Municipais de contabilidade centralizada, integrantes do Orçamento Fiscal, nos termos do § 2º do artigo 2º da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1964:

I–do Fundo Municipal do Meio Ambiente FUNDEMA, criado pela Lei Municipal nº 1268 de 30/08/06, que fixa as despesas a serem realizadas pelo mencionado Fundo no exercício de 2015 em R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais);

II–do Fundo Municipal de Saúde, criado pela Lei Municipal n.º 499 de 04/09/91, que fixa a sua despesa para o exercício de 2015 em R\$ 24.569.220,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, duzentos e vinte reais);

III–do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 837 de 09/03/98, que fixa a sua despesa para o exercício de 2015 na importância de R\$ 704.000,00 (setecentos e quatro mil reais).

IV–do Fundo Municipal de Assistência e Promoção Social, criado pela Lei Municipal nº 707/95 de 23/11/95 que fixa a despesa a ser realizada em 2015 em R\$ 3.160.400,00 (três milhões, cento e sessenta mil e quatrocentos reais);

V–do Fundo Municipal de Trânsito, criado pela Lei Municipal nº 848/98 de 23/4/98 que fixa a despesa a ser realizada em 2015 em R\$ 766.000,00 (setecentos e sessenta e seis mil reais);

VI–do Fundo de Estruturação do Grupamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, criado pela Lei Municipal nº 727/96 de 01/04/96, que fixa a sua despesa a ser realizada em 2015 em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

VII–do Fundo Municipal do Turismo – FUMTUR, criado pela Lei Municipal nº 1036/02 de 20/11/2002, que fixa sua despesa a ser realizada em 2015 em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

VIII–Fundo Municipal de Habitação, criado pela Lei Municipal nº 1496, de 24/04/2009, que fixa sua despesa a ser realizada em 2015 em R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).

Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I–realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite previsto na legislação vigente;

II–realizar operações de crédito até o limite estabelecido em lei específica;

III–proceder a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento fiscal até o limite de 10% (dez por cento) do total geral da receita fixada para o exercício, nos termos da legislação vigente, utilizando como recursos para cobertura, os provenientes da anulação total ou parcial de dotações nos termos do inciso III e o excesso de arrecadação de recursos livres consoante o estabelecido no inciso II, ambos do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64;

IV–proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso I, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, até o limite da efetiva existência dos recursos de superávit financeiro nas fontes de recursos livres ou vinculados, devidamente apurados no balanço patrimonial do exercício anterior;

V–proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos os previstos no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, mediante a efetiva ocorrência ou tendência de ocorrência de excesso de arrecadação nas respectivas fontes de recursos vinculados desde que o total dos mencionados créditos não supere o limite de 15% (quinze por cento) do total geral da receita estimada para o exercício no orçamento fiscal;

VI–proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos de crédito celebrados para o exercício;

VII–transpor, remanejar ou transferir recursos de uma para outra categoria econômica, ou de um para outro órgão, programa ou projeto/atividade, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, e também, proceder o remanejamento e a compensação entre as fontes e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária, quando da abertura de créditos adicionais que utilizem como recurso o cancelamento de dotações;

VIII–proceder a utilização de recursos do cancelamento da dotação de Reserva de Contingência para a cobertura de créditos adicionais abertos para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 1º A abertura dos créditos autorizados nos incisos IV, V e VI não são consideradas para fins do limite da autorização constante do inciso III.

§ 2º A autorização contida no inciso III é extensiva ao Presidente da Câmara Municipal no concernente ao orçamento próprio do Poder Legislativo e ao Prefeito Municipal para a abertura de créditos suplementares no orçamento da seguridade social considerando-se o limite definido em relação ao total da despesa fixada nos respectivos orçamentos.

Art. 7º. Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo anterior ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados o Executivo e o Legislativo Municipal a efetuar transposição, remanejamento ou transferência de dotações de uns para outros órgãos, programas, fundos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo nos termos do inciso VI do Art. 167 da Constituição Federal e utilizar as dotações da Reserva de Contingência para cobertura dos Créditos Adicionais abertos para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providência da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º. O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná–DIOEMS

Terça-Feira, 16 de Dezembro de 2014

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano III – Edição Nº 0749

legalmente permitido.

Art. 9º. Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no "caput" do Artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04 de Maio de 2.000 na mesma unidade Orçamentária ou de uma para outra unidade orçamentária os Programa de Governo consoante o previsto no parágrafo único do Artigo 66 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64.

Art. 10. Fica o Chefe do poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 62 da Lei Complementar 101 de 2000 a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a Segurança Pública, Assistência Jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congêneres.

Art. 11. É publicado em anexo a esta Lei o Quadro I, contendo atualização da estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado a que se refere o Artigo 40 da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2.015. (Lei Municipal nº 1899 de 17 de julho de 2.014).

Art. 12. Fica autorizado o Executivo Municipal a readequar a codificação de órgãos, unidades orçamentárias, classificação funcional e outras relacionadas a previsão da receita e a fixação da despesa constantes dos anexos integrantes do orçamento fiscal e seguridade social para o exercício de 2015, aprovados por esta lei, visando a compatibilização dos mesmos com o Plano Plurianual de Investimentos 2015 (Lei Municipal 1518/2009) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei 1899/2014) e com o layout do sistema SIMAM 2015, definido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2.015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos–Pr, aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, 54º ano de emancipação.

Raul Camilo Isotton

Prefeito

QUADRO I

ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

(Art. 41, da Lei Municipal nº 1899 de 17/07/2014–LDO)

Em cumprimento ao disposto no Art. 41 da LDO para 2015, seguem os valores atualizados referentes à margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias embutidas no PLO 2015 é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Tal valor foi obtido mediante o cálculo do ganho real de arrecadação projetado para 2015.

Margem de Expansão em 2015	
	R\$
1. RCL-Receita Corrente Líquida Reestimada p/2015	103.500.000,00
2. Previsão Orçamentária para 2015 (RCL)	98.500.000,00
3. Aumento real da arrecadação	5.000.000,00
4. Margem utilizada	4.000.000,00
- Novas Admissões e Concessões de Vantagens aos Servidores	700.000,00
- 6,00% reajuste aos servidores	1.300.000,00
- Manutenção de Novas Obras Executadas no exercício	1.200.000,00
- Outros	800.000,00
5. Saldo (3-4)	1.000.000,00

Raul Camilo Isotton

Prefeito

Cod123434